

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 09 - Desigualdad Socioeconomica y Desarrollo

Tema: Regionalização / Desigualdade e desenvolvimento / Estratégias empresariais

Desiguais além da renda: uma análise da desigualdade de renda no Censo de 2010 segundo sexo, cor, escolaridade e categoria de ocupação

Rita Petra Kallabis*

Resumo:

A redução recente da desigualdade de renda está sendo muito discutida, sobretudo, em vista da relação realimentadora entre desigualdade e pobreza. No entanto, o foco na desigualdade de renda corrente não capta a multidimensionalidade e complexidade do fenômeno que tem no acesso às ocupações e a qualidade deste acesso um mecanismo principal de sua reprodução. Neste trabalho analisa-se a distribuição de renda em relação a variáveis individuais (sexo, cor, escolaridade) e variáveis ocupacionais (vínculo da ocupação e cobertura de previdência), nos dados do Censo de 2010. Os resultados levantam o *status quo* de distribuição de renda nestes grupos e evidenciam a persistência de mecanismos geradores de desigualdade não superáveis, somente, pelo aumento da renda média.

* Doutoranda em Desenvolvimento Econômico – área Economia Social e do Trabalho – no Instituto de Economia da Unicamp; bolsista Cnpq

A lenta redução dos indicadores de desigualdade no Brasil, observável desde 1993, acelerou a partir de 2003. Neste período, o índice de GINI da renda domiciliar per capita desceu de 0,60 em 1993, igual a média das décadas anteriores, para 0,57 em 2003 e para 0,54 em 2009 (IBGE, PNAD, vários anos). Mesmo assim, o Brasil continua entre os países campeões em desigualdade, ocupando o 131º lugar de 138 países classificados pelo grau de igualdade (UNPD, 2011, pg. 128). Apesar de avançar, em 2009, para a 6ª posição entre as economias do mundo, o país configurou neste ano em 75º lugar - entre 182 países - de renda *per capita* nacional e somente na 84ª posição quanto ao indicador de desenvolvimento humano (IDH), um resultado puxado pela desigualdade de renda (World Bank, 2009).

A desigualdade no Brasil tem sido intensamente estudada nos anos 1970¹, quando a desigualdade e a pobreza alcançaram patamares muito altos, em tempos de muito elevado crescimento. A desigualdade de renda no Brasil parecia inerte, imune a mudanças de regimes políticos e conjunturas econômicas, suscitando debates sobre a “estabilidade inaceitável” da desigualdade (BARROS et al. 2000) até o final da década de 1990. A redução contínua da desigualdade de renda ao longo dos anos 2000, não interrompida por fases de reversão, fora recebido com entusiasmo por intelectuais e órgãos públicos nacionais e internacionais².

No debate sobre a desigualdade nos anos 1960 e 1970 predominou a análise da relação entre distribuição pessoal da renda pessoal e a distribuição funcional, ou seja, da relação entre desenvolvimento econômico, mudanças estruturais e distribuição de renda. Desde os anos 1980, a discussão nacional migrou da questão do desenvolvimento para a questão da erradicação da pobreza, acompanhando uma mudança no foco analítico dos organismos internacionais, guiados pela percepção de que elevados contingentes de pessoas pobres e miseráveis entravam o desenvolvimento e de que a desigualdade esteja na raiz da persistência da pobreza e, com isto, do subdesenvolvimento (World Bank, 2003). Sendo assim, estas organizações analisam o fenômeno da desigualdade como um fenômeno multifacetado e de múltiplas causas, no entanto pautam-se numa visão

¹ Vede a discussão inicial em Langoni (1978), e Tolipan e Tinelli (1978), sobre as causas do aumento da desigualdade.

² Vede, por exemplo, IPEA (2011), WORLD BANK (2009) BARROS, R et al. (2010).

microeconômica de redução da pobreza, especialmente da pobreza extrema, e são acompanhados e fomentados pelos pesquisadores brasileiros³.

O debate mais recente aprofunda a discussão das décadas 1980 e 1990, fixada no argumento de a causa principal da concentração de renda estar na distribuição desigual de capital humano, medida em nível de escolaridade e experiência laboral. A novidade está na ampliação do leque por aspectos sociais relevantes, como a discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho, a segmentação do mesmo, a segmentação regional e a importância das transferências públicas, debruçando-se intensivamente sobre o impacto das variáveis individuais na redução dos indicadores de desigualdade⁴.

Visto de forma superficial, o comportamento do índice de Gini parece sugerir continuidade, no entanto, há diferenças na qualidade da redução da desigualdade na década de 2000: entre 2001 e 2003 houve redução na renda média da população, com perda nas rendas do 5º quintil mais alto, resultando numa redução dos indicadores de desigualdade de renda com redução no bem estar geral da população; já entre 2004 e 2009 ocorreram ganhos reais para todos os estratos de renda, mais acelerado na base da pirâmide social, procedendo a redução da desigualdade com aumento do bem estar geral.

Os programas sociais de transferência de renda, a elevação do poder de compra do salário mínimo⁵ e o aumento da formalização no mercado de trabalho estão na origem da recuperação do salário médio na economia e da redução de todos os indicadores de desigualdade. Para as rendas inferiores, do 1º e 2º decil, o impacto maior há de ser atribuído às transferências de renda; para os decis seguintes a dinâmica veio primordialmente do impacto da recuperação do poder de compra do salário mínimo. Este, por sua vez, influencia diretamente a renda do trabalho, via pisos mínimos e como sinalizador dos salários, além das ‘rendas derivadas do trabalho’ como aposentadorias e pensões, sobretudo aquelas indexadas ao salário mínimo⁶.

³ Vede os estudos mais proeminentes BARROS et al (org)(2006) e World Bank (2009).

⁴ Este é a tendência tanto dos organismos multilaterais (vede, por exemplo, BARROS et al (org) 2009; UNPD, 2011) quanto dos mais expoentes pesquisadores brasileiros, especialmente as pesquisas realizadas pelo IPEA (vede: HENRIQUES (org.), 2000; BARROS et al (org.), 2006; BARROS et al (org.) 2010).

⁵ A valorização do salário mínimo é objetivo da política econômica desde 1994, no entanto, a instabilidade macroeconômica e a ainda elevada taxa de inflação impediram a transformação desta política em ganhos salariais reais. Desde 2004, o contexto de baixa inflação e estabilidade política permitiu a recuperação real do poder de compra dos salários, em conjunto com a política deliberada de aumentar o valor do salário mínimo muito além das perdas inflacionárias.

⁶ Confira os dados em BALTAR, 2010; BARROS et al, 2010; IPEA, 2006.

No conjunto do período de 2001 a 2009 houve aumento da renda média, com vantagem para as rendas mais baixas: a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou 1,49% ao ano, contra um aumento dos estratos inferiores da distribuição de renda a uma taxa anual de 6,79% (Neri, 2010, pg. 11). No entanto, este aumento não foi capaz de mudar o baixo perfil das rendas brasileiras. Em 2009, 16,27 milhões de brasileiros eram contadas entre os extremamente pobres, ou 8,5% da população brasileira e, no total, 58% das famílias brasileiras foram classificadas, pelo menos, como socialmente vulneráveis (IPEA, 2011). Ademais, tanto o período de redução da desigualdade com redução da renda dos “ricos” quanto aquele com aumento para todos os grupos de renda ocorrem concomitantemente à transformações no mercado de trabalho que favoreceram as ocupações com baixa exigência de qualificação e de até dois salários mínimos (KAKWANI, 2006, BALTAR, 2009). Quer dizer, a estrutura ocupacional criada não indica que haja continuidade do processo da redução da desigualdade de renda corrente via aumento das rendas ligadas a ocupação e sua melhora via políticas sociais de valorização do salário mínimo, enfrentam crescente resistência, entre outros pelos limites fiscais.

Mas, qual a situação alcançada, retratada pelo Censo de 2010, com um índice geral de GINI de desigualdade de renda domiciliar de 0,54? Para responder a esta pergunta é preciso qualificar o fenômeno da redução da desigualdade já que as desigualdades são fenômenos complexos, multifacetados, multidimensionais (KLASEN, 2009). Por exemplo, ficando na esfera econômica, o foco na análise da renda corrente não dá conta de outra dimensão econômica, o do acesso a bens e serviços que não podem ser obtidos via trocas monetárias diretas, mas que são essenciais na vida em sociedades complexas, ligados à infraestrutura urbana e social (saneamento básico, transporte, habitação, educação, saúde, informação, entre outros). As diferenças no grau de acesso a este conjunto se mesclam com a desigualdade social ligada à características pessoais inatas (como sexo, cor, idade), adquiridas (escolaridade, profissão), socialmente construídas (gênero, grupo social, cultura) e outras ligadas questões transversais (como localização geográfica, por exemplo) (DEDECCA, 2009).

Objeto

O acesso às ocupações ligadas às atividades econômicas, entre elas no mercado de trabalho, é o mecanismo básico da distribuição de renda na sociedade para os não detentores de “capital”, portanto, mecanismo de reprodução de desigualdades. Pergunta-

se: quais os indicadores de desigualdade de renda em relação aos grupos tradicionalmente mais vulneráveis, mulheres, pessoas de cor e de menor escolaridade? E como se desenham os indicadores de desigualdade de renda em relação às categorias ocupacionais mais vulneráveis (assalariados sem carteira, autônomos) (PRONI, 2011)?

Objetivo

O objetivo principal é a qualificar a constatada redução dos indicadores de desigualdade da renda corrente ao longo da década de 2000 por variáveis ligadas às condições individuais da população (sexo, cor, escolaridade) e a condições de ocupação (categorias ocupacionais), especialmente dos grupos tidos tradicionalmente como mais vulnerável. Com isto busca-se concretizar o significado do índice de desigualdade de renda corrente de 0,54 alcançado em 2009.

Outro objetivo é fornecer uma base sólida de dados para comparação futura dos dados do Censo de 2010 com o Censo do ano 2000.

Metodologia

A pesquisa trabalha com os micro-dados do Censo de 2010, dos domicílios com renda declarada. Como uma das variáveis analisadas é a categoria ocupacional, o universo há de ser o das pessoas ocupadas. Para não distorcer os dados relacionados à ocupação trabalha-se com as pessoas de 18 a 59 anos, que apresentam taxas de participação nas atividades econômicas mais homogêneas. Analisam-se os ocupados urbanos, e não os agrícolas, por causa das diferenças significativas entre ocupados agrícolas e urbanos tanto nos quesitos pessoais quanto ocupacionais.

A desigualdade de renda corrente explicita de maneira bastante precisa as diferentes formas de desigualdades existentes, ou seja, expressa seus resultados sob forma de renda monetária, servindo, neste sentido, como *proxy* para analisar o bem estar social da sociedade, o que justifica o enfoque de análise nela. E a desigualdade de renda está estritamente ligada às desigualdades no acesso à ocupação bem como a qualidade desta ocupação, isto é, a probabilidade de fazer parte da população ocupada, o que justifica o foco na população ocupada e na qualidade desta ocupação.

Por sua vez, o alcance real da renda individual auferida em atividades econômicas é determinada pelo ambiente domiciliar, o que justifica o uso da renda domiciliar per capita como media de desigualdade de renda corrente. A renda domiciliar corrente origina-se, primordialmente das ocupações, da proteção social ligada ao trabalho, de políticas sociais assistenciais e de outras fontes. Em 2009, na média, os

domicílios brasileiros perceberam uma renda composta por 76,2 % da renda da ocupação, 18,8 de aposentadorias e pensões, e 5% de outras fontes (IBGE, 2010). O peso absoluto de rendas derivadas diretamente ou indiretamente das ocupações justifica a ponderação da desigualdade de renda segundo ocupações e qualidade das mesmas.

Descreve-se inicialmente a população ocupada por categorias de ocupação em relação às variáveis sexo, cor, escolaridade, para averiguar diferenças existentes. Em seguida, ponderados pelos dados preliminares, avaliam-se os decis de renda de homens e mulheres, brancos e não-brancos, por grau de escolaridade, assalariados-não assalariados e assalariados com ou sem vínculo formal de trabalho. Assim obtém-se dois conjuntos de dados, a partir de variáveis pessoais e ocupacionais, para analisar a desigualdade de renda.

Resultados esperados

Com os dados levantados será possível qualificar a informação “GINI 0,54” segundo os dois grupos de variáveis escolhidos, pessoais e ocupacionais e verificar o *status quo* da desigualdade em relação à sexo, cor, escolaridade e categorias ocupacionais, em 2010.

Quanto ao segundo grupo de variáveis, mostrar-se-á a comparação dois grandes setores de ocupação, o mais organizado, ligado ao trabalho assalariado e ao empreendedorismo, tidos como consolidação de relações capitalistas avançadas, e um setor menos organizado, ligado às ocupações por conta própria, ou ao setor informal, marginalmente inserido na dinâmica capitalista. Este segundo setor, também tido como setor informal, que já abrigou mais do que 50% da População Ocupada, abrigou em 2010 ainda 21,8% da população urbana ocupada. No entanto, há uma grande diferenciação entre os assalariados do setor mais organizado, entre ocupados com contrato formal de trabalho e sem contrato, abarcando este último 21,68% da população urbana ocupada. Autônomos e sem-carteira não aportam ao sistema oficial da previdência, então se encontram 43,48% da população ocupada em situação de vulnerabilidade (Censo 2010, elaboração própria). Este resultado já dá uma primeira da resistência de fatores estruturais de produção e reprodução da desigualdade, apesar de a redução da desigualdade ter se manifestado em todos os grupos sociais e categorias ocupacionais (IPEA, 2012),

Referência Bibliográfica Principal:

BALTAR et al (2010). *Trabalho no Governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*. Acessível in: www.global-labour-university.org

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. (2010) *Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil*. Texto para discussão 1460. Rio de Janeiro: IPEA

BARROS, R.P; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (2006) *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*, Volume 1 e 2, Brasília: IPEA.

BARROS, R.P.; HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. (2000) A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. IN: HENRIQUES, R. (org.) *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, pg. 21 - 47

DEDECCA, C.S. (2009). *Desigualdade, mas de qual falamos?* IN: Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 168, jun. 2009

IBGE (2011) Censo de 2010. CD-ROM

IBGE (2010) *Síntese dos Indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE

IBGE – PNAD, vários anos *Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio*. Acessível em <http://www.ibge.gov.br/>

IPEA (2011) *Mudanças recentes na pobreza brasileira*. Comunicados do IPEA 111. Acessível in www.ipea.gov.br, acessado em 20 de junho de 2012

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. (2006) *Desigualdade e Crescimento: ingredientes trabalhistas*. IN: BARROS, Ricardo Paes de et al (org.) *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA pg. 397-422

KLASEN, S.; NOWAK-LEHMANN, F. (2009) *Poverty, inequality and policy in Latin America: an introduction*. IN: KLASEN, S.; NOWAK-LEHMANN, F. (ed.) *Poverty, inequality and policy in Latin America*. (CESifo seminar series). Cambridge: MIT-Press, pg. 1-16

LANGONI, C.G. (1972) *Distribuição da Renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. 2a ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura

NERI, M. C. (coord.) (2010). *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*.

PRONI, Marcelo Weishaupt (2011). *Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil*. In: Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 188, março 2011

TOLIPAN, R. e TINELLI, A.C. (orgs.) (1978). *A controvérsia sobre a distribuição de renda no Brasil*. Zahar, Rio de Janeiro.

UNDP (United Nations Development Program) (2011). *Human Development Report 2011: Sustainability and Equity: A Better Future for all*. New York: UNDP/Palgrave Macmillan

WORLD BANK (2009) *Measuring Inequality of opportunities in Latin America and the Caribbean*. New York: World Bank. Palgrave